

Sumário

1. Introdução	1
1.1 Desenvolvimento da obra.....	13
2. Direitos Fundamentais e seus Limites	19
2.1 Restrições a direitos fundamentais.....	21
2.1.1 O suporte fático amplo: direitos e deveres prima-facie	29
2.1.1.1 Teoria Externa das Restrições dos Direitos Fundamentais ...	37
2.1.2 O suporte fático restrito: direitos e deveres definitivos.....	39
2.1.2.1 Teoria Interna das Restrições de Direitos Fundamentais.....	44
2.1.3 Conteúdo essencial dos direitos fundamentais	48
2.1.3.1 Conteúdo essencial absoluto: mínimo existencial e limites imanentes	49
2.1.3.2 Conteúdo essencial relativo e dignidade humana	54
2.1.4 A constitucionalização do direito e a eficácia horizontal dos direitos fundamentais	64
2.1.4.1 Eficácia privada dos direitos fundamentais: modelos teóricos....	72
2.1.4.1.2 Teoria da eficácia indireta ou mediata	75
2.1.4.1.3 Teoria da eficácia direta dos direitos fundamentais	76
2.1.5 O Sopesamento (ponderação) como instrumento de solução de colisão de direitos fundamentais	78
2.1.5.1 Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade	84
2.1.5.2 Caso Lebach: liberdade de expressão x proteção da privacidade	90

3. Liberdade de Informação em Colisão com a Privacidade	93
3.1 Comunicação: conceito e objetivos.....	99
3.1.1 Liberdade de informação e suas fontes normativas	101
3.1.2 Liberdade de manifestação de pensamento e de opinião	106
3.1.2.1 Imunidade parlamentar e liberdade de expressão.....	109
3.1.2.2 Crime de desacato e liberdade de expressão	111
3.1.2.3 Liberdade de expressão e incitação ao crime: a marcha da maconha	114
3.1.3 Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação: o caso da bienal do livro.....	118
3.1.4 Liberdade de informação jornalística e de imprensa	123
3.1.4.1 Fake news e liberdade de expressão	128
3.1.4.2 Direito de sátira e liberdade de expressão.....	134
3.1.5 Discurso de ódio (hate speech) e liberdade de expressão.....	141
3.1.6 Proselitismo religioso, liberdade de expressão e racismo	145
3.1.7 Liberdade de expressão, homofobia e racismo.....	147
4. Direitos da Personalidade: Aspectos Gerais.....	149
4.1 Evolução dos direitos da personalidade.....	149
4.2 Natureza jurídica dos direitos da personalidade.....	157
4.2.1 Direitos da personalidade e direitos fundamentais	157
4.2.2 Direitos da personalidade: direitos subjetivos e objeto.....	160
4.2.3 Direitos da personalidade: inatos ou históricos?	162
4.2.4 Direito geral da personalidade, monismo e pluralismo.....	165

4.2.4.1 Classificação dos direitos da personalidade	169
4.3 Um panorama do direito à privacidade na sociedade da informação.....	171
4.4 Privacidade e controle de dados pessoais: o uso justo.....	175
4.4.1 Projeto genoma humano e discriminação genética.....	182
4.4.2 Tratamento de dados pessoais no Brasil: Lei Geral de Proteção de Dados	188
4.4.2.1 Construção da LGPD	188
4.4.2.2 Limites de aplicação da LGPD	194
4.4.2.3 Definições na LGPD	196
4.4.2.4 Princípios da LGPD	200
4.4.2.5 Requisitos para tratamento de dados pessoais na LGPD: a exigência do consentimento	205
4.4.2.6 Tratamento de dados pessoais sensíveis na LGPD.	211
4.4.2.7 Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes na LGPD	213
4.4.2.8 Responsabilidade civil na LGPD	214
4.4.3 Vida privada.....	217
4.4.4 Intimidade.....	220
4.4.4.1 Compartilhamento de dados financeiros, bancários e fiscal entre Receita Federal, Unidade de Inteligência Financeira e Ministério Público.....	221
4.4.5 Honra	223
4.4.5.1 Honra e pessoas jurídicas.....	224
4.4.6 Imagem: imagem-retrato e imagem atributo	226

4.5 Direito ao esquecimento como novo direito da personalidade.....	233
4.5.1 Origem e fundamentos do direito ao esquecimento	233
4.5.2 O esquecimento e a era digital.....	237
4.5.2.1 O caso paradigma: Mario Costeja González x Google Spain	242
4.5.2.2 Precedentes judiciais no Brasil	245
4.5.2.2.1 Caso Candelária.....	246
4.5.2.2.2 Caso Aída Curi	248
4.5.3 Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal	250
4.5.4 Direito ao esquecimento no sistema positivo brasileiro	251
4.5.4.1 Esquecimento no direito penal	252
4.5.4.2 Esquecimento no direito civil	255
4.5.4.2.1 Bloqueio e eliminação de dados pessoais	255
4.5.4.2.2 Inscrição negativa e Código de Defesa do Consumidor ...	256
4.5.4.2.3 Transexualidade, alteração de nome e de sexo registral	257
4.6 Administração da justiça e manutenção da ordem pública: paradigmas dos artigos 17, 20 e 21 do código civil.....	259
4.6.1 O provedor é responsável pelo conteúdo das redes? O artigo 19 do Marco Civil da Internet	264
4.6.2 O controle do conteúdo: proposta de “precedências condicionadas”	266
4.6.2.1 Personalidade da pessoa retratada.....	266
4.6.2.2 Veracidade da informação	269
4.6.2.3 Interesse Público e Interesse Privado	270

4.6.2.4 Licitude da fonte	271
4.6.2.5 Informações estabilizadas pelo passado: esquecimento	273
4.6.3 A proteção processual dos direitos da personalidade	274
4.6.3.1 As tutelas provisórias de urgência, de evidência, cautelar e satisfativa	275
4.6.3.2 Controle judicial e censura privada	277
4.6.3.3 Tutela repressiva e a proteção da esfera privada	279
4.6.3.3.1 Reparação não pecuniária dos danos extrapatrimoniais: direito de resposta, justificação, retificação, supressão e retratação pública.....	280
4.6.3.3.1.1 Direito de Resposta.	282
4.6.3.3.2 A reparação pecuniária dos danos extrapatrimoniais....	284
Conclusão	287
Referências	295